

Fracasso da negociação nos EUA pode levar à moratória

BRASÍLIA — O Governo está pronto para decretar a moratória da dívida externa caso as negociações que vêm sendo realizadas em Nova York pelo Assessor Econômico do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e pelo Diretor da Área Externa e interino da Dívida Externa do Banco Central, Armin Lore, fracassem e o Brasil não consiga logo um empréstimo-ponte no valor mínimo de US\$ 1,5 bilhão.

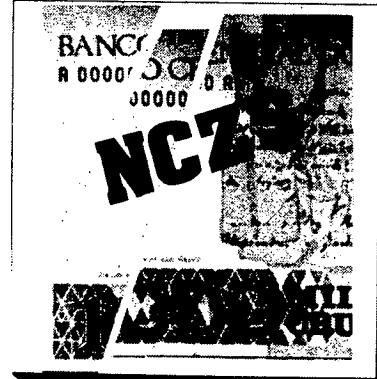
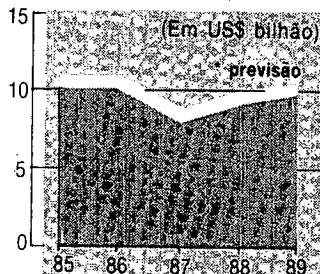
Essa informação foi dada ontem por um técnico da Diretoria da Dívida Externa, e a declaração de moratória, já redigida pelo Banco Central, estrutura-se no fato de os bancos estrangeiros não terem liberado créditos no valor de US\$ 1,1 bilhão a partir de novembro do ano passado, em virtude de as metas ajustadas para 1988 com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não terem sido totalmente cumpridas.

A probabilidade de o Brasil recorrer novamente à suspensão do pagamento do serviço da dívida baseou-se, de acordo com esse técnico do Banco Central, no fato de o Governo, à época da renegociação da dívida externa — fechada no mês de setembro do ano passado —, ter realizado desembolsos que fizeram as reservas líquidas brasileiras cairem violentamente.

Pelas cifras referentes à dívida externa do Brasil à disposição dos téc-

Juros da dívida

Em 1988 o pagamento líquido dos juros do serviço da dívida ficou em US\$ 9,9 bilhões.



ratoria, com as operações de câmbio centralizadas no Banco Central a partir de ontem, a expectativa da diretoria do BC é de que US\$ 1,1 bilhão retido — US\$ 500 milhões do Banco Mundial para investimentos no setor elétrico e a parcela de US\$ 600 milhões referentes aos bancos credores — com o FMI, sejam liberados depois que os representantes brasileiros que se encontram em Nova York fechem as negociações em curso.

O sucesso da negociação que vem sendo conduzida por Armin Lore e Sérgio Amaral importaria na liberação de uma parcela de US\$ 1,7 bilhão, pois ao US\$ 1,1 bilhão retido se acoplaria a quantia de US\$ 600 milhões referente à primeira parcela a ser encaminhada pelos credores ao Brasil este ano.